

Mozart Vergetti de Menezes – Prof. Do Departamento de História da UFPB – Núcleo ANPUH / PB – Mestre em História UFPE – Doutorando USP.

### **Sonhar o Céu, Padecer no Inferno: Governo e Sociedade na Paraíba do século XVIII**

*“E seguro V. Majestade, que só a força da prudência, sofrimento e destreza, se pode encaminhar essa gente, e ainda para suas conveniências porque quando lhes falta a razão, lhes sobra de malícia.”<sup>1</sup>*

Nesta mesa tenho por objetivo apresentar, em linhas gerais, uma parte das discussões que faço em uma pesquisa de doutorado que está em desenvolvimento e sobre a qual, portanto, ainda não apresento resultados definitivos. As provedorias de fazenda real das capitanias, com os seus provedores à testa, foram estabelecimentos que enraizaram e asseguraram a presença e o domínio patrimonial do Antigo Regime na colônia brasileira. Foram, também, podemos dizer assim, a pedra angular que determinou os níveis e as possibilidades de ação autônoma dos governadores, na correlação de forças entre as várias capitanias que compunham uma determinada repartição.<sup>2</sup> A existência ou não de uma capitania autônoma, estava condicionada à necessária e irremediável possibilidade de ser, a sua provedoria, capaz de gerir todos os gastos com pessoal e segurança, além de atender às exigências dos eternos socorros à deficitária coroa portuguesa, como os pagamentos de donativos, novos direitos e compromissos diplomáticos. A falta constante no cumprimento dessas obrigações poderia acarretar a perda da autonomia, com a conseqüente anexação do governo a outra capitania.

Neste sentido, a minha preocupação aqui será a de focar, a partir da Capitania da Paraíba, os esforços de um gestor, o governador Pedro Monteiro de Macedo, em livrar a capitania de vez do fantasma da anexação, pois, desde 1724 que a Paraíba, por se encontrar como refém da dízima da Alfândega que se cobrava por Pernambuco, via-se sempre na eminência da subordinação.

Provido para governar a Paraíba, por despacho real na consulta de janeiro de 1734,<sup>3</sup> Pedro Macedo toma posse em setembro do mesmo ano e encontra a capitania em mal lençóis. Ainda que a

---

<sup>1</sup> Pedro Monteiro de Macedo AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 843 (Todas essas referências pertencem ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e encontram-se no *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes a Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa / Elza Regis de Oliveira, Mozart Vergetti de Menezes e Maria da Vitória Barbosa Lima.(organizadores) – João Pessoa: Edit. Universitária / UFPB, 2002*).

<sup>2</sup> O uso do termo repartição, refere-se aqui à divisão geo-política do espaço brasileiro que, em alguns lugares expresso ainda no processo de expansão e conquista da colônia e, em outros, estrategicamente efetivado por Lisboa, passou a ter algumas capitanias a ascendência militar e econômica sobre uma determinada região: Maranhão (Estado do Grão Pará), Pernambuco (Capitanias do Norte), Bahia (Governo Geral, que se bastava é bom que se diga a Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro) e Rio de Janeiro (Repartição Sul). Exemplo disso são as designações das frotas, as quais tomaram os nomes das respectivas capitanias.

receita da capitania apresentasse no geral um aumento razoável, sua despesa havia aumentado na mesma proporção. A falsa impressão, em verdade, dar-se-ia pelo acrescentamento, no ano de 1732, do ingresso das receitas do Senado da Câmara. As várias reclamações com o atraso no andamento das obras sob responsabilidade do órgão municipal, fez o Conselho Ultramarino interceder junto ao rei, no sentido de passar a responsabilidade pelo conserto da bica do Tambiá, cadeia e calçadas da cidade para a Fazenda Real.<sup>4</sup>

Da mesma forma, iludia-se quem, visualizando as contas das receitas, achasse que a entrada dos vinte mil cruzados da dízima que se recolhia por Pernambuco, por um período de três anos consecutivos, 1733-36, arrefecesse por inteiro os compromissos com os pagamentos da folha militar e dos empreiteiros envolvidos com a obra de reparo da fortaleza do Cabedelo. Ledo engano, os anos de atraso no envio desses recursos, haviam perturbado as consignações a tal ponto que, do ponto de vista da provedoria da Paraíba (para quem o envio dos direitos do contrato da dízima da Alfândega deveria dar-se anualmente e não por frota como queria a provedoria vizinha), a dívida de Pernambuco já ultrapassava os sessenta mil cruzados.

Mesmo que esses problemas se apresentassem de chofre para o novo gestor, outros mais difíceis iriam aparecer mais adiante. Acontece que há um ano apenas (1733) havia falecido o antigo proprietário da Fazenda, Salvador Quaresma Dourado. Dessa forma, Pedro Macedo encontrou a fazenda sofrendo uma grande devassa em suas contas. Para o seu azar, tanto o processo investigativo como a gestão do próprio órgão tributário estavam nas mãos do Ouvidor Geral, Jorge Salter de Mendonça. Nada pior para um governador que ter de compartilhar sua administração com algum outro agente que, na escala hierárquica, pelo acúmulo de cargos, se prestasse a confrontá-lo em suas sagradas prerrogativas. Paradoxalmente, elogios à parte de Pedro Macedo sobre o zelo como o provedor e/ou ouvidor conduzia as coisas públicas – acabando com o abuso dos exorbitantes salários e emolumentos pagos a boa parte dos oficiais da justiça e fazenda –, a falta de fardas e o atraso dos soldos da infantaria, alimentava nele a eterna suspeita sobre os descaminhos com o dinheiro enviado de Pernambuco e fazia-o sempre lembrar, advertindo a sua majestade, que o acúmulo do cargo do ouvidor era prejudicial ao seu serviço.

Assim, sentindo-se acuado pela devassa e ainda sem o traquejo como administrador, afinal até então fôra militar de carreira desde o início dos setecentos,<sup>5</sup> tomou Pedro Macedo, talvez, a medida mais correta: percorreu o litoral e enveredou sertão à dentro em jornadas que lhe tomaram muitos meses do ano de 1735.<sup>6</sup> Com conhecimento acumulado nestas empreitadas, não demorou a associar a experiência da caserna com a nova atividade administrativa. Data daí uma série de

---

<sup>3</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.9, D 730

<sup>4</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 813

<sup>5</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.9, D 730

<sup>6</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 801

proposições sobre a boa forma de governar a Paraíba para, como ele dizia, livrá-la do jugo dos pernambucanos.

Pasmo com a violência que encontrou pelos caminhos na Paraíba, escreveu ao rei acreditando que boa parte das mortes por conflitos de terras poderiam ser resolvidos caso pudesse nomear pessoa para fazer as demarcações, principalmente com a terra dos índios, e colocar marcos nos limites da divisa da Paraíba com Pernambuco e Rio Grande.<sup>7</sup> Da mesma forma, percebeu a fragilidade no litoral brasileiro e, sabedor dos conflitos existentes no Sul, por conta da disputa pela conquista da Colônia do Sacramento, temeu uma ofensiva de Castela ou França nos mares do Norte do Brasil, a exemplo dos navios franceses que rondaram a ilha de Fernando de Noronha.

Assim, fez ver a sua majestade quão necessário seria garantir a segurança da capitania, em livrar toda essa área das possíveis invasões de nações inimigas. Para isso, fez vir de Pernambuco o sargento-mor engenheiro Luís Xavier Bernardo e traçou planos para construção de novas fortalezas na Bahia da Traição, antigo sonho dos ex-governadores João Maia da Gama e Antônio Velho Coelho.<sup>8</sup> Todas as suas fichas foram jogadas na construção dessa fortaleza e fez disso a obra de toda sua vida.

Mas o tempo parecia tramar contra Pedro Macedo. Nos anos de 1736 e 1737, após duas cheias sucessivas veio a seca e trouxeram consigo todas as más conseqüências possíveis e imagináveis: fome, diminuição do número de escravos, engenhos de fogo morto, queda do comércio. A renda tributária da capitania se exauriu, os contratos de arrematação dos dízimos, subsídio do açúcar e carne decaíram, os vinte mil da dízima da Alfândega de Pernambuco que deveria servir para o pagamento dos soldos e obra da fortaleza, concorria agora com outras consignações. A ajuda em dinheiro e envio de tropas deveria sair da capitania vizinha para a nova Colônia do Sacramento, além dos investimento na construção de uma fortaleza na Ilha de Fernando de Noronha. Não deu outra, atraso dos soldos da Infantaria e, para aumentar a dor de cabeça de Pedro Macedo, as obras da fortaleza ficaram quase paradas.<sup>9</sup>

Acuado, com uma fazenda em pedaços, o governador viu-se impossibilitado de agir. Escreveu então uma carta ao rei, em 1738, onde apresentou um curioso projeto sobre a taxaçoão do transporte de gados e corte da carne, para livrar a Paraíba de uma vez por todas da dependência dos vinte mil cruzados da dízima da Alfândega de Pernambuco e salvaguardar a independência do órgão fazendário da capitania.

A partir da quebra do contrato do subsídio das carnes com o seu contratador, passaria este a ser administrado diretamente pela Fazenda Real. A idéia era deixar na concorrência a escolha entre

---

<sup>7</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10,D 800 Em resposta a esta carta, incluído nos anexos, do mesmo documento, nomeia-se um “meirinho de letras” para a execução das demarcações.

<sup>8</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.11, D 880

<sup>9</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 830

os criadores em definirem onde e em qual açougue cortariam a sua carne. Apesar do imposto a ser pago orçar no mesmo valor que se pagava ao contratador, oitocentos réis por cabeça de gado, ele incidiria apenas e tão somente sobre as cabeças abatidas e não pelo conjunto do lote, cujo valor era antecipado ao contratador para emissão da licença para o abate. Dessa forma, segundo Pedro Macedo, ganharia de um lado o criador, pois estaria livre das perdas com as possíveis mortes dos gados no caminho das feiras e lugarejos e, por outro, beneficiaria os mais pobres a “respeito da barateza” das carnes. E para que se evitasse a saída indiscriminada do gado para outras capitânicas, que pudessem ou quisessem oferecer uma menor taxa para o corte, propunha a universalização dessa prática, garantindo assim, subtende-se, os níveis de produtividade e consumo de cada capitania.<sup>10</sup>

Mas tais procedimentos não conseguiriam auferir por si só um valor aproximado aos vinte mil cruzados. Para se ter uma idéia, o último valor alcançado na arrematação do contrato das carnes na Paraíba chegara a apenas três mil cruzados por ano. Por mais estímulo que se fizesse seria impossível livrar a capitania da consignação de Pernambuco. Por isso, deslocando o enfoque do projeto pretendeu, Pedro Macedo, lançar a criação de um imposto de passagem para que pagassem os gados que atravessavam a Paraíba em direitura as Minas e vindos das capitânicas de cima, Rio Grande e Ceará. Neste caso, mantendo-se os mesmos oitenta e cinco réis por cabeça de gado, incluindo também os cavalos, contava o governador poder arrecadar para além dos vinte mil cruzados, já que, segundo seus cálculos, passavam cerca de 10 a 12 mil cabeças pela capitania, número este que poderia ser aumentado, caso fosse acrescentado também o gado criado em curral paraibano e destinado às Minas.<sup>11</sup>

A repercussão do projeto e suas seqüelas foram interessantes porque externou e fez emergir diversas alianças, conflitos e animosidades na relação entre o governo e a sociedade paraibana e entre estes e o governo e a sociedade pernambucana.

Se o ouvidor e provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salter de Mendonça, eximiu-se de emitir qualquer parecer sobre o projeto, o Senado da Câmara paraibana agiu de forma diferente. No mesmo ano de 1738, escrevia ao rei:

*“Em vista da necessidade urgente de pagar aos soldados e adiantar a fortaleza e aumentar maiores defesa e companhias, não só aprovamos o dito projeto, mas humildemente prostrados aos pés de vossa majestade lhe pedimos em nome destes moradores para por em prática, por não discorremos por disconveniência a Pernambuco nem a Paraíba, que quando tivera prejuízo estamos muito prontos a sacrificar as nossas fazendas e vidas pelo serviço de vossa majestade (...) e enquanto não se põe em forma este projeto seja obrigado o contratador da dízima de*

---

<sup>10</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 830

<sup>11</sup> Idem.

*Pernambuco a por nesta capitania 30 mil cruzados para com estes se poder remediar as necessidades que padecem, enquanto não tem efeito o projeto do nosso governador.”<sup>12</sup>*

Além reconhecerem os méritos do projeto do governador e aproveitarem para lembrar ao rei do crônico atraso dos rendimentos da dízima da Alfândega de Pernambuco, os oficiais da Câmara, renunciando possíveis rejeições, e já calejados com os antigos entreveros entre as populações das duas capitanias, buscam deixar claro que o importante no projeto é promover a segurança das conquistas reais, por quem estariam dispostos a qualquer sacrifício.

Não demorou muito a resposta de Pernambuco. A discussão levantada pela administração da capitania vizinha e apoiada pelos pernambucanos que possuíam currais na Paraíba, era a de demonstrar que este imposto, tanto no processo do abate como de passagem para as Minas já existia em Pernambuco e que fôra consignado pelo rei para o pagamento dos 40 mil cruzados do donativo real.<sup>13</sup> Diziam também, estar a Paraíba por graça real especial de sua majestade, em reconhecimento da pobreza da terra, isenta deste donativo. Consideravam, enfim, um absurdo serem os criadores obrigados a pagar em dois lugares um único tributo.

Contudo, firmando posição, Pedro de Macedo não sede na defesa do seu projeto. Manda o ajudante supra, Francisco de Melo Moniz, para Lisboa, com a missão de mostrar as reais condições da capitania e as vantagens do plano de reorganização dos tributos sobre a passagem e abate do gado na Paraíba. Neste sentido, poderia ficar Pernambuco com todo o restante do dinheiro que, arrecadado na Paraíba, ultrapassasse os vinte mil cruzados. Bastava apenas que no rio São Francisco se fizesse a relação dos gados que atravessassem para as Minas, para depois confrontar com a relação da Paraíba.

Mas não eram apenas os pernambucanos os únicos opositores ao projeto. Em verdade, o plano contrariava interesses de muitos criadores paraibanos, inclusive missões religiosas, especializados no envio do gado para às Minas. Não chegou até nós a consulta ao rei sobre este projeto, ou se é que foi realmente produzida pelo Conselho Ultramarino, contudo, para o início dos anos de 1740, temos a certeza, por leitura indireta de outros documentos, que o rei ordena a provedoria pernambucana o envio de mais 10 mil cruzados proveniente do donativo real, para ir abatendo do atraso dos vinte mil cruzados da Alfândega. A rejeição ao projeto é patente, se a idéia principal estava na desvinculação da renda tributária das capitanias, dava-se exatamente o contrário, ampliava-se a margem de consignáveis entre Pernambuco e Paraíba.

Mesmo que seus planos tenham ido por água abaixo, Pedro Macedo não desiste da fortaleza. Empedernido, entrava a década de 1740 empreendendo então todos os esforços na causa e, segundo

---

<sup>12</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.10, D 842

<sup>13</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.11, D 897

as várias cartas acusatórias sobre sua pessoa, que não paravam de chegar a Lisboa, declarava guerra a quem se atrevesse a cruzar seu caminho.

Nas questões das finanças, conseguia finalmente infiltrar-se na Fazenda Real e, com a saída de Salter de Mendonça, passou a perseguir vários oficiais do órgão, chegando a prende-los sem culpa formada, além de nomear para os seus lugares pessoas de sua confiança, como o tesoureiro, Manuel da Fonte, seu compadre. Usando de amizade, conseguiu junto com o almoxarife e escrivão da Fazenda, Amaro Velho de Vasconcelos, mexer nas consignações do órgão contra as ordens de sua majestade.<sup>14</sup>

Para levantar fundos, mesmo sendo-lhe proibido por ordem real comerciar, mete-se em todo tipo de atividade. Primeiro, armou barcos com rolos de tabacos já beneficiados para adquirir escravos na África e vendê-los tanto nas Minas como na sua cidade, embaixo de sua própria laje. Segundo, fazia rufar tambores pelas ruas da cidade e, sob a capa do bem comum, ordenava a cada farinheiro certo número de alqueire, mandando depois guardar em armazéns para depois embarcar e vender no Rio de Janeiro. Terceiro, erguia fintas sob a população, impondo a cada uma das pessoas pobre ou rica um patacão, com que alugava escravos para o trabalho do entulho da fortaleza. E, quarto, na falta de alimentos ou animal de tração para a dita obra, mandava os soldados apanhar gado vacum ou cavalar que se achavam nos pastos, a revelia dos donos.<sup>15</sup>

Em que pese o exagero das acusações, o fato é que Pedro de Macedo ia se afastando do convívio dos seguimentos sociais que seu cargo exigia e boa parte da população cobrava, daí os relatos intermináveis sobre seu comportamento. Transportava-se o governador para um outro universo de relações, que assombravam senhores de engenho, religiosos e moralistas daqueles tempos.

Já abandonara a morada do palácio que ficava a 40 passos da Casa de Misericórdia, indo morar em casa de aluguel ou na fortaleza com seus soldados. Passou a relacionar-se com duas mulatas, uma forra de nome Antônia e outra escrava, que pertencia a D. Joana, viuva do Capitão João Ferreira Batista, com as quais passeava em seu escalé pelas águas do Sanhauá donde tomava o Paraíba até chegar na Fortaleza do Cabedelo. Segundo um dos vereadores:

*“o governador não freqüentava mais as missas e procissões, preferindo as serenatas onde, entoava desonestíssimas cantigas seguindo de dança já impedida pelos exelentíssimos bispos, a que chamam batuque. Nestas tocam e cantam, e o seu ajudante Bras de Melo Muniz, e alguns soldados seus aplicados com essa música, pertubam a cidade e talvez em alguma ocasião estejam em oração*

---

<sup>14</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.12, D 1009

<sup>15</sup> Idem;

*e louvando a Deus. Acabando o festejo fica o governador com qualquer das duas pardas em seu palácio” que diz ser “uma outra mesquita.”*<sup>16</sup>

No calor das acusações, o despacho real em fevereiro de 1744, a uma consulta do Conselho Ultramarino, sobre as razões para a substituição do governador, ordenava por editais para provimento do novo governo da Paraíba. Isolado pela elite local, Pedro Monteiro dizia apenas que no Brasil, “*quando acaba quem governa até as pedras tramam contra*”<sup>17</sup>. Veio a falecer nos fins desse mesmo ano e ironicamente mandou cunhar na sua lápide:

*“Aqui jaz Pedro Monteiro de Macedo que por governar mal a Paraíba quer que todos o pisem e a todos pede hum padre nosso e uma ave Maria”*<sup>18</sup>.

O recado estava entendido, o rei acendia duas velas para dois santos, mas com tamanhos diferentes. A não aprovação do projeto de Pedro Macedo, com o “cala-boca” dos dez mil cruzados do donativo, visava manter as coisas sem alteração alguma. Sabiamente a coroa, em verdade, ampliava a margem de contatos entre as provedorias de Pernambuco e Paraíba. A checagem de uma provedoria sobre a outra, ambas autônomas, era a garantia para a sobrevivência do sistema. Pedro Monteiro foi sua vítima.

---

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.11, D 928

<sup>18</sup> Pinto, Irineo. *Datas e notas para a História da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1977. Vol. I. Pág. 148*